

# APONTAMENTOS SOBRE AS TRADIÇÕES DA CULTURA POLÍTICA DE COMUNISTAS E TRABALHISTAS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES GUERRILHEIRAS NO BRASIL DOS ANOS 1960/70

*Isabel Cristina Leite*<sup>1</sup>

Com o presente artigo visamos discutir a historiografia sobre o conceito de culturas políticas e analisar as mais significativas tradições inseridas no âmbito da esquerda no Brasil: as tradições comunista e trabalhista, presentes nas diretrizes das organizações que integraram as esquerdas radicais, sobretudo, as organizações guerrilheiras. Para tanto, estabeleceremos um diálogo entre a bibliografia sobre o tema, com a identificação das características das culturas políticas citadas, em depoimentos de militantes destas esquerdas e da documentação produzida pelas organizações.

Para a definição de “esquerdas radicais” tomamos por base o trabalho de Maria Paula Araújo, que as entende por “movimentos de jovens que, em sua maioria, tinham um passado de ligação e rompimento com os partidos tradicionais de esquerda – comunistas ou socialistas- ou seja, são movimentos que professavam uma “prática política proposta e vivida por outros tantos jovens que renovava o sentido da violência”<sup>2</sup>. São características dessas esquerdas: diferentes interpretações e práticas políticas, que divergiam acerca do caráter da revolução (libertação nacional ou diretamente socialista); da orientação doutrinária, (revolucionária ou reformista); a busca de um modelo internacional para legitimação de suas ações (o modelo chinês ou cubano); marcada pela problemática do choque de gerações; fragmentação da esquerda, gerada pela atuação na clandestinidade, que influiu muito na dinâmica

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-Mail: <ic.leite@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Tal definição, sem dúvida, vai de encontro ao que Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá denominam “nova esquerda”. O uso desta expressão pelos dois últimos autores, em início da década de 1980 no Brasil, traduziu-se em uma espécie de resignificação do termo (*new left*), que originalmente, remonta à dissidência do Partido Comunista da Grã-Bretanha – dentre os quais figuravam os historiadores Eric Hobsbawm, Edward P. Thompson, Christopher Hill e Perry Anderson – após o relatório de Nikita Krushev em 1956. Estes historiadores pretendiam “escrever a história por baixo”. Os debates derivados desta perspectiva foram de grande valia para a compreensão das nuances existentes no interior do marxismo, uma vez que colocaram em evidência a participação de grupos políticos, movimentos sociais, organizações e partidos, realçando a riqueza das discussões e contradições teóricas, ao promover um deslocamento da análise macroestrutural. Em 1960, o termo popularizou-se nos Estados Unidos por meio da *Letter to the new left*, do sociólogo C. Wright Mills, em um texto que afirmava a necessidade de um novo tipo de esquerda “que não mais se pendesse tão somente, como era tradicional, ao operariado e às questões econômicas e (...) abordasse novos temas como a alienação dos indivíduos na sociedade de massa”. Deste modo, seria mais adequada a utilização do termo “nova esquerda” para fazer referência aos movimentos gay, feminista e negro, por exemplo, e não para organizações guerrilheiras. Cf: ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 12; REIS FILHO, Daniel & SÁ, Jair. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 16; SOUZA, Rodrigo. *A nova esquerda Americana: de Port Huron aos Weatherman (1960-1969)*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 17.

desses grupos, na medida em que foram formados vários microcentros de poder<sup>3</sup>.

A busca pelas motivações da participação política e engajamento político é o objetivo historiográfico do estudo das culturas políticas, de acordo com Serge Berstein. O envolvimento do sujeito em questões políticas é uma atitude individual, todavia, expressa as atitudes de um determinado grupo que “compartilha a mesma visão de mundo, age no mesmo sentido e, portanto, constitui um elemento coletivo e eficaz na vida da cidade”<sup>4</sup>. A expressão culturas políticas não é recente, data da década de 1960 e foi cunhada por Sidney Almond e Gabriel Verba, cuja finalidade era representar uma interface entre distintas perspectivas, como da sociologia, antropologia e psicologia, aplicadas ao estudo dos fenômenos políticos. A definição de cultura foi amparada, sobretudo, pela antropologia, que a entende como uma articulação de comportamentos apreendidos socialmente, por meio de processos de transmissões de pensamentos e ideias, sem qualquer intervenção biológica<sup>5</sup>.

Vários estudiosos nos fornecem apontamentos sobre como pensar e aplicar o conceito de culturas políticas. Para Daniel Cefai, por exemplo, elas são as “que se coloca(m) em diferentes espaços teóricos e se inscreve(m) em diferentes espaços empíricos, (...) que seja apropriada a todas as constelações de temas e a todas as grandezas de escala em uso nas ciências sociais, históricas e políticas”<sup>6</sup>. Contudo, Serge Berstein se propôs pensar a cultura política a partir de uma perspectiva histórica, distinta da sociologia e antropologia, embora dialogue com ambas. Para o autor, o conceito de culturas políticas implicaria a junção de componentes antagônicos<sup>7</sup>. Assim como a história cultural teve sua renovação quando mostrou convergência com as ciências sociais a partir da Escola dos Annales, para o autor, o mesmo ocorreu com o fenômeno do político, sob inspiração de René Rémond, principal responsável pela análise do chamado “retorno do político”, de forma que o político “pode ser um objeto de conhecimento científico, assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo”<sup>8</sup>. A análise do político traz à tona a História Política, que bem como a narrativa e a biografia, retornaram após a crise da Nova História. Para Rémond, o político não é um fato isolado, tampouco imutável. Pode-se inscrevê-lo na longa duração e na mudança, e está ligado ao estudo da história do tempo presente.

A cultura política deve ser pensada como uma interseção entre a história política com a cultural, porém, como um elemento que diz respeito tão somente aos fenômenos políticos. Na sua tentativa de definição do conceito, Rémond crê em uma espécie de código e de conjunto de referências definido dentro de uma determinada “família” política, ou partido. Deriva daí a importância das representações, dos signos,

<sup>3</sup> REIS FILHO Daniel & SÁ, Jair. *Imagens da revolução...*, p. 16.

<sup>4</sup> BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecilia et al. *Culturas políticas, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 41.

<sup>5</sup> KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, n. 24, 1999, p. 227-250.

<sup>6</sup> CEFAL, Daniel, apud DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Arqueologia do conceito de cultura política”. *Varia História*, Belo Horizonte, PPGH-UFGM, n. 28, dez. 2002, p. 13-29.

<sup>7</sup> BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: ROIUX & SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349.

<sup>8</sup> RÉMOND, René. “O retorno do político”. In: CHAUVEAU & TÉTART. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1992, p. 51-60.

das normas e valores, como elementos de coesão e para a definição de diversas culturas políticas. Nesta perspectiva, haveria a necessidade de uma estabilidade de procedimentos de no mínimo duas gerações para que uma nova cultura política penetrasse na sociedade sob forma de representações. Seus principais expoentes seriam, por exemplo, a família, o Exército, o partido e a escola, o que caracterizaria mobilidade e mutabilidade destas culturas políticas<sup>9</sup>. Em certos casos pode ocorrer a formação de uma subcultura política, que consiste em uma forma mais específica de comportamento político dos militantes, dentro de determinada cultura política<sup>10</sup>. Tendo em vista a formação das subculturas, nos interessa aplicá-las ao caso das culturas políticas de esquerda e analisarmos a primeira de suas tradições que mais influenciaram a vertente escolhida por alguns grupos guerrilheiros no Brasil: a tradição comunista.

Segundo Daniel Aarão Reis, ao fazer uma revisão da trajetória das esquerdas, seja no Brasil ou no mundo, é necessário reconhecer sua pluralidade, uma vez que é mais recorrente encontrarmos a aplicação do termo no singular. Para o autor, esta tendência ao singular nos reportaria a uma tradição do início do século XX, que entendia a representação da esquerda legitimada em um só partido. Antes da I Guerra Mundial, quem não estivesse vinculado ao partido socialdemocrata, não poderia ser considerado de esquerda, todavia, após a Internacional Comunista, “ser de esquerda” tornou-se praticamente sinônimo de pertencer aos Partidos Comunistas<sup>11</sup>.

Dentro desta perspectiva, devemos ressaltar que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem duas singularidades face aos PC's europeus. Inicialmente, o PCB não teve origem na socialdemocracia, pelo simples fato de não ter havido socialdemocracia neste país. Saímos de uma sociedade escravista, e em pouco tempo surgiram os primeiros centros industriais, formando um núcleo operário, composto por vários imigrantes italianos e espanhóis, parte disto explica a influência anarquista responsável pela criação do PCB<sup>12</sup>. Dentre os objetivos centrais da criação do partido, estava: conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista. O partido deveria também, lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores.

A segunda característica do PCB, e rara na história do comunismo mundial, é a influência militar, como aponta Jacob Gorender. À exceção do PC Chinês, nenhum outro possuía tal característica de modo tão evidente, explicada, sobretudo, pela presença de Luis Carlos Prestes. No Brasil, a década de 1930 foi marcada pelo que Dulce Pandolfi chamou de “Prestismo”. Com a filiação de Luis Carlos Prestes ao PCB, o partido saíra do gueto, e com a emergência do “Prestismo”, este se tornou um fenômeno mais representativo que o próprio “pecebismo”. É neste período que o partido passaria a ser o representante dos camponeses, marinheiros e soldados revolucionários, não mais exclusivamente do proletariado. Após 1933, com a subida de Hitler ao poder, a Internacional Comunista não mais incentivava as insurreições,

<sup>9</sup> BERSTEIN, “A cultura política...”, p. 356.

<sup>10</sup> LAZAR, Marc. “Fort et fragile, immutable et changeante... la culture politique communiste”. In: BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.

<sup>11</sup> REIS FILHO, Daniel. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: FORTES, A. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 175.

<sup>12</sup> GORENDER, Jacob. “O ciclo do PCB: 1922-1980”. In: FORTES, *História e perspectivas...*, p. 164.

mas sim, as frentes populares compostas também por outros partidos. A exceção à regra, ao qual temos conhecimento, foi justamente o PCB, cuja prática insurrecional fora recomendada, devido à confiança na potencialidade militar, fato que para Goreneder, ilustraria o reconhecimento internacional do militarismo dentro do referido partido<sup>13</sup>. Quando observamos mais a fundo as esquerdas no Brasil, fica evidente que a mais consolidada delas, que por muito tempo obteve o monopólio do “ser de esquerda” no Brasil foi a comunista. O que se chama de tradição comunista seria, segundo Reis Filho, uma árvore de vários ramos, que se tornou mais complexa após a década de 1960<sup>14</sup>.

Marc Lazar, ao fazer uma análise do Partido Comunista Francês, nos fornece argumentos para a discussão acerca da cultura política comunista. O autor estabelece um diálogo direto com Berstein, ao definir cultura política como um conjunto de ideias, símbolos, crenças, tradições e uma diversificação de regras e práticas que, combinados, dão um significado ao real, estabelecendo as regras do jogo, formando os comportamentos políticos, e conduzindo à incorporação de normas sociais. Para o autor, a cultura política comunista teve seu ápice entre os anos de 1930 e 1950, sendo o partido sua instituição-chave; é ele quem ocupa lugar central e determinante, como um meio de socialização e na definição do pensamento político<sup>15</sup>. Dulce Pandolfi qualifica a cultura política comunista como uma determinada visão de mundo compartilhada por todos, vinculados a uma tradição iniciada com a vitória da Revolução Russa, que se identificou com o modelo de sociedade implantado pela URSS, e teve como inspiração os escritos de Marx, Engels e Lênin<sup>16</sup>.

Quem apresenta um debate diferenciado sobre a cultura de esquerda comunista é Marco Aurélio Garcia, ao qual trabalha com hipótese de a que Revolução Cubana foi o marco que separaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelos ecos da Revolução Russa e que se estendeu até final dos anos 1950, para uma segunda fase, que seria o surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria foquista<sup>17</sup>. A partir deste novo referencial, a cultura política comunista teria tomado uma nova direção, radicalmente distinta da antecedente russa, no que tange à estratégia de tomada do poder.

Podemos afirmar que uso de uma série de rituais e símbolos formou a identidade do militante comunista. Abrigados sob uma mesma sigla, pessoas que militavam mesmo com posições divergentes, convergiam em torno de uma prática unitária, ou seja, mesmo e apesar das diferenças, todos eram comunistas. Isto significava, sobretudo, estar ligado ao Partido Comunista. Os valores comunistas mais difundidos são: a obediência incondicional, a disciplina, a dedicação completa, a exaltação da unidade – seja da URSS, do partido ou de seus chefes. Estes valores, ou imagens, são interiorizados e acompanhados obrigatoriamente de uma submissão e de conformidade ao modelo oficial. O comunismo possui calendário, comemorações e ritos próprios.

<sup>13</sup> GORENDER, “O ciclo do PCB...”, p. 167.

<sup>14</sup> REIS FILHO, *As esquerdas no Brasil...*, p. 177.

<sup>15</sup> LAZAR, “Fort et fragile...”, p. 217.

<sup>16</sup> PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p.35.

<sup>17</sup> GARCIA, Marco Aurélio. “As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias”. In: ARAÚJO, Angela (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 38.

Valores similares também acompanharam os dissidentes do PCB, ainda que ambos se condenassem mutuamente. Se por um lado, membros do PCB eram considerados reformistas pelos revolucionários, por outro, esses eram vistos como aventureiros por aqueles. Existiam dentro das organizações armadas da esquerda comunista, algumas representações que, a seu modo, lhes mantinham unidos. Os revolucionários estavam coesos sob a premissa da formação de um partido de vanguarda responsável por guiar as massas à revolução, independentemente da aliança dos proletários com a burguesia, como profetizavam os comunistas “ortodoxos”, vinculados ao PCB. Algumas dessas representações às quais a esquerda armada se valeu, foi a do “grande líder revolucionário”, o incontestável, que em nível internacional tinha como maior expoente Ernesto Guevara. Todavia, dentro das organizações também se encontravam os seus próprios líderes, seja o militante mais experiente, o militante mais intelectualizado, o melhor atirador. A figura do “comandante Che” e todo o imaginário que lhe cerca foi determinante para o surgimento dos grupos armados.

Fernando Pimentel relatou que o início de sua militância ocorreu no movimento estudantil secundarista em 1967, na cidade de Belo Horizonte. Naquele momento, o movimento secundarista era muito influenciado pela esquerda católica, por meio da organização Ação Popular (AP). Dois amigos o convidaram para integrar suas respectivas organizações, um pertencente aos Comandos de Libertação Nacional, de perspectiva foquista, e outro da própria AP. O fato determinante para a sua opção pela organização armada foi a morte de Guevara:

*Uma das coisas que pesou na minha opção foi a morte de Guevara em outubro de 1967. O Guevara era, de certa forma, um mito, uma referencia muito forte pra nós, para minha geração. E (...) as circunstancias da morte dele na Bolívia, aquela aura de heroísmo que aquilo carregou (...) me marcou muito e me impulsionou fortemente pra concepção de organização que era expressa pelo COLINA.<sup>18</sup>*

Tal adoração ao guerrilheiro morto e ao seu método de combate, que seria, nas próprias palavras de Pimentel, “quase uma vara de condão”, que estaria “fadado a dar certo onde for”, levou à época a uma análise acrítica da ideia e das circunstâncias necessárias à instauração do foco guerrilheiro: “A gente atribuiu isso (a morte de Guevara), a uma derrota momentânea. Quer dizer, o método era correto, só que ele foi infeliz naquela circunstância”.

A fala do sindicalista Irani Campos, que militou na esquerda armada, corrobora a anterior, no sentido da adoração ao comandante argentino e ao seu método:

*Nós demos naquele momento, de sair daquela luta política tradicional, para outras formas de luta que já tinham, de certa forma, dado resultado. Uma grande influencia que nós tivemos foi a Revolução Cubana, e é por isso que também falo que quando eu lembro da história do Che Guevara,*

---

<sup>18</sup> Entrevista de Fernando Pimentel a Marcelo Ridenti, 16 jul. 1985. Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP.

*eu lembro de todo o exemplo dele, de um cara que podia ter morrido sentado em cima do ouro, não é? Foi morrer brilhantemente, heroicamente, ‘Dom Quixoticamente’ e mais a quantidade de adjetivo que você puser pelo mundo. Hay que endurecer sin perder la ternura.<sup>19</sup>*

Contudo, nem todos os antigos guerrilheiros pensavam de forma acrítica o método Guevarista. A fala de Apolo Heringer Lisboa é ilustrativa:

*Apresentei um trabalho [em 1969] que era ‘Revolução e o foquismo’ (...) e criticava o [Regis] Debray, como tendo feito uma interpretação errada da revolução cubana e tinha aconselhado os outros países a importar. Claro, nos cometemos o erro de importar uma coisa que já era um erro (...) simplismo do ‘Debraismo’. A gente combateu isso, não poupamos nem o Che Guevara, com todo o respeito que ele merece da gente.<sup>20</sup>*

Outro elo entre PCB e grupos de guerrilha no âmbito da cultura política comunista, está nas imposições de disciplina e respeito à hierarquia e normas de conduta. Os grupos armados investiram mais na perspectiva da guerrilha que na formação do partido – o dispositivo militar superava a questão política, por isto é uma organização militarista. Como tal, os grupos seguiam regras e comportamentos semelhantes às dos militares. Deixam claro que são apenas semelhantes, pois os militares não compactuavam com o ideal de Exército Leninista, muito pelo contrário. Na visão daqueles revolucionários, esta disciplina seria mais do que necessária para a formação do Exército que se transformaria no “Grande Exército de Libertação Nacional”. A aceitação destas normas disciplinares deveria ser de modo consciente por parte dos militantes, já tendo conhecimento da necessidade de sua aplicação, a aceitação “provém da própria prática concreta da disciplina revolucionária”.

Tais normas de conduta designavam desde o perfil ideal do militante a como agir na prisão, possibilidade plausível, na medida em que acreditavam estar numa guerra. Maria do Carmo Brito, antiga militante da VAR-Palmares, relata que a ordem da organização era o suicídio, em caso de prisão. Todos os militantes andavam com uma cápsula de veneno em um alfinete preso à roupa, contudo, o veneno produzia um efeito inesperado: apenas provocava cólicas, agravando a situação do militante emboscado. As demais regras eram: aguentar por mais tempo à tortura (física ou psicológica), para que houvesse tempo de os companheiros saberem da prisão e não irem aos pontos de encontro, evitando um efeito “dominó”; não falar sobre demais militantes; simular desmaio quando da aplicação do pentotal sódico (soro da verdade); aproveitar as situações para o suicídio, e bater a cabeça na parede até desmaiar. Em pouco tempo, Maria do Carmo descobriu que algumas das orientações na prisão apenas a deixavam em situações tragicômicas, como no dia em que tentou bater a cabeça para desmaiar e o torturador Gomes Carneiro postou-se atrás dela

<sup>19</sup> Entrevista de Irani Campos à autora, 17 jan. 2006.

<sup>20</sup> Entrevista de Apolo Lisboa a Marcelo Ridenti, 13 jul. 1985. Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP.

fazendo com que sua cabeça batesse no peito deste<sup>21</sup>. Não obstante, caso fossem infringidas as regras, o militante sentiria “todo o peso da disciplina”, pois seriam com estas medidas que o indisciplinado refletiria sobre seus erros e utilizaria da autocrítica na prática<sup>22</sup>.

A própria estrutura interna destes grupos por células ou comandos já demonstra sua preocupação com a ordem, disciplina e segurança. Normalmente havia um comando central (dirigentes), outro de execução de tarefas (assaltos, atentados, sequestros); outro de logística (levantamento de área, falsificação de documentos); e outro de trabalho com as massas e movimento estudantil. Um grupo que não seguia este modelo estrutural de organização era a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighela. Suas ações não eram coordenadas; ocorriam, às vezes, diversas ações no mesmo dia, no mesmo local, em horários diferentes, e um agrupamento não tinha conhecimento do outro. Havia, evidentemente, uma hierarquia entre as células e, por questão de segurança, somente um representante de cada comando se reunia com a direção. As decisões eram verticalizadas e centradas em torno do comando armado. Um exemplo das normas disciplinares diz respeito ao “contato mínimo” entre militantes, para que fosse preservada a clandestinidade do grupo<sup>23</sup>. Comentar algo da organização para alguém de fora, mesmo que de confiança, era considerado uma falta gravíssima<sup>24</sup>. Sobre a disciplina, conta Jorge Nahas, antigo militante da Política Operária e COLINA:

*Nós éramos muito duros, inclusive, fomos muito duros com as companheiras que caíram, inclusive, estavam presas conosco. Companheiros que falaram o que a gente achava que não deveria falar, companheiros que foram muito estigmatizados. (...) Essa sensação de responsabilidade com o momento político exagerada, nós tínhamos em alto grau. Era mais importante que essas coisas de patrulhamento interno, que existiram. Muitos companheiros padeceram com isso, mas eu acho um erro.*<sup>25</sup>

Para o comando da organização Comandos de Libertação Nacional (COLINA), por exemplo, o militante deveria “ter compromisso com o seu destino”, e este militante só se tornaria completo no processo de “proletarização” da prática guerrilheira, ou seja, quando estivesse realmente inserido às massas<sup>26</sup>.

Outra característica marcante da cultura política comunista estaria relacionada à questão da moral comunista. Em referência ao PC, como observam Rodrigo Patto Motta e Gerard Vicent, muitas vezes, a severidade dos comunistas em relação à conduta moral pode parecer contraditória, ao levarmos em conta a dimensão

<sup>21</sup> VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 75-79.

<sup>22</sup> Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2: Pasta 16: Subpasta 17: Imagem:0186. Acervo DOPS/MG.

<sup>23</sup> Por uma disciplina revolucionária. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 17. Imagem 0186. Acervo DOPS/MG.

<sup>24</sup> O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 13. Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

<sup>25</sup> Entrevista de Jorge Nahas à autora, 06 jan. 2006.

<sup>26</sup> Concepção da luta revolucionária. In: REIS FILHO & SÁ. 1985. p. 159.

libertária da tradição revolucionária. Para Motta, “é paradoxal que um projeto visando a emancipação humana, tenha dado origem a normas de comportamento tão rígidas”<sup>27</sup>. Os dois autores descrevem em seus textos como o partido regulava severamente a vida privada do militante, tendo este que ser um exemplo para a sociedade. Assim como Motta, Vicent trabalha com depoimentos de militantes comunistas e conclui pelas falas destes, que o comunista deveria “ser excelente profissional, bom marido, pai ‘normal’, conformista, em consonância com o tipo ideal derivado da tradição judaico-cristã”<sup>28</sup>.

Na “nova esquerda” há um apelo à moral, mas não em um sentido de conduta exemplar, como no caso do PCB. Diz respeito mais à segurança da organização que ao comportamento do militante em si. O indivíduo era orientado a adaptar-se ao local em que fazia seu trabalho, atento à cultura, linguagem, vestimenta, de modo que não destoasse da comunidade, minimizando as possibilidades de serem percebidas como suspeitas. Um comportamento desregrado também seria condenado, a exemplo do excesso com a bebida, mentiras e, curiosamente, havia a represália à “falta de critério nas relações sexuais”<sup>29</sup>. Em outro momento, relata Jorge Nahas:

*Esse tipo de militância (armada), não permite muita vacilação, é tudo tratado num plano moral, isso sem dúvida alguma. Você tem a visão muito ideologizada e moral das coisas. O sujeito começava a duvidar (politicamente ou pessoalmente sobre a organização), você podia achar que ele estava afrouxando.*<sup>30</sup>

O guerrilheiro seria, no entanto, um herói e como tal, cheio de virtudes e poderes. A crença nestes valores também é recorrente nos relatos, porém apontam decepções com a realidade do período, como pode ser vislumbrado na fala do mesmo entrevistado:

*[Eu] achava que todos nós tínhamos t êmporas de heróis. E a ditadura impunha isso também, ou você era um herói, ou você era um traidor. O cruel, o perverso de uma ditadura, é que te obriga o tempo inteiro a você ser herói, resistir, ou a ser um covarde.*<sup>31</sup>

A estreita e curiosa analogia entre Comunismo e Igreja nos primórdios do surgimento dos PCs também é marcante: “Os ídolos são diferentes, mas a liturgia é parecida”, como afirma Vicent. No caso o PCB, Dulce Pandolfi relata um discurso de Astrojildo Pereira, no qual relembra que o Partido fora fundado por 12 militantes, “o

<sup>27</sup> MOTTA, Rodrigo. “O PCB e a moral comunista”. *LOCUS – Revista de História*, v. 3, 1997, p. 73. Outros trabalhos similares que abordam a questão da moral comunista: BROWARNIK, Graciela. “Para ser un revolucionario... Un estudio acerca de a transmission de la moral comunista del Partido Comunista Argentino”. *Voces recobradas*, Buenos Aires, año 6, n. 16. p. 22-36 e OBERTI, Alejandra. *Lamoral según los revolucionarios*. In: \_\_\_\_\_. *Políticas de la memoria*. Buenos Aires: CEDINCI, 2005, p. 77-84.

<sup>28</sup> VICENT, Gérard. Ser comunista? Uma maneira de ser. IN: PROST, Antoine. *Historia da vida privada*. Vol. 5. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p.445.

<sup>29</sup> O militante. Rolo 2. Pasta 16. Subpasta 13. Imagem 119. Acervo DOPS/MG.

<sup>30</sup> Entrevista de Jorge Nahas a Marcelo Ridenti em 15 jul. 1985. Disponível no AEL/UNICAMP.

<sup>31</sup> Entrevista de Jorge Nahas à autora, já citada.

mesmo numero de apóstolos de Cristo”, e que na plateia alguém aparteu, dizendo que “não faltara também o Judas”, em alusão a Antonio Canellas, o único militante de voto contrário a Trotsky, na IV Internacional Comunista. Mesmo com o radicalismo exacerbado, esta ligação continua existindo dentro da guerrilha, como podemos derivar das ressignificações dos depoimentos. Apolo Heringer foi um dos depoentes que mais evidenciou a assimilação entre a fé cristã e a militância armada:

*Tem gente que tem jeito pra música, não tem? Eu desde cedo tive inclinação para a questão social. Eu sempre tomava partido dos pobres, aquilo ali é intuitivo. (...) Minha leitura da Bíblia foi mais dirigida para esta questão de Moisés e os profetas, eu vibrava com Geroboão, que se revoltou contra Salomão, eu vibrava com a luta de libertação do povo. (...) Minha formação da Bíblia me legitimou, inclusive, para a luta armada. Na Bíblia, são inúmeros os casos de guerrilha, inclusive, da libertação do povo hebreu.<sup>32</sup>*

Por fim, como um dos últimos indícios desta cultura política comunista, destacamos a existência de um vocabulário próprio ou de ressignificações das palavras, tais como: autocrítica, desbunde, e até mesmo, intelectuais, terminologia usada como forma pejorativa para definir os não adeptos da luta armada, acusados de inércia frente à luta e distante da realidade. Tais designações – *desbundado* e *intelectual* – neste contexto das esquerdas, nos remetem a uma tipologia de negação do reconhecimento de um grupo por outro. De acordo com Axel Honneth, quem mais sistematicamente tratou da *teoria do reconhecimento*<sup>33</sup>, o uso de conceitos negativos deste tipo deveria ser considerado uma injustiça, pois: “não apenas ele priva a pessoa de sua liberdade de ação, ou lhes é insultante, mas também porque interfere negativamente na compreensão que as pessoas em de si próprias – uma compreensão adquirida por meios intersubjetivos”. Para Honneth, a dignidade de uma pessoa corresponde ao grau de aceitação social dentro do horizonte cultural daquela sociedade: “Caso a hierarquia de valores seja estruturada de modo a imprimir um rótulo de inferioridade sob seu estilo de vida, essa pessoa é impedida e atribui valor social às suas habilidades”<sup>34</sup>.

Podemos afirmar, desta maneira, que os dois conceitos seriam uma *oposição assimétrica*, uma das formas semânticas que o desrespeito assume, pois o *eu* vê o *outro* como reflexo invertido de sua própria imagem. Desta forma, os usos pela esquerda da prática da autocrítica, do desbunde e do suposto afastamento da realidade por parte do intelectuais são uma das facetas cruéis da guerrilha, contudo, deve ser entendida dentro do contexto de ditadura militar em que estavam envolvidos.

Outra tradição, ou subcultura política marcante na “nova esquerda” é a nacional-

<sup>32</sup> Entrevista de Apolo H. Lisboa a Marcelo Ridenti em julho de 1985. Disponível no AEL/ UNICAMP.

<sup>33</sup> A Teoria do reconhecimento foi formulada a partir da filosofia da consciência de Hegel. Em Hegel a o encontro conflituoso da consciência de si com os outros objetos do mundo foi chamado de reconhecimento. Ser reconhecido significaria ser respeitado. Cf. FERES JR., João. *A história do conceito de “latin america” nos Estados Unidos*. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 30.

<sup>34</sup> HONNETH citado por FERES JR. *A história do conceito ...*, p. 34.

estatista, ou trabalhista. Segundo Daniel Aarão Reis, é indispensável para entender a cultura política das esquerdas no Brasil em suas especificidades, considerar a tradição trabalhista. Esta tradição foi herdada dos russos e baseava-se na busca de projetos de modernidades alternativas no início do século XX, quando o país estava em processo de desenvolvimento e industrialização. Estes militantes queriam que o Estado protegesse e amparasse os trabalhadores através de leis. Procuravam um acordo com o Estado para controlar a exploração dos patrões.

Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que a perspectiva nacional-estatista começou a se enraizar dentre os trabalhadores urbanos. Seguia os padrões dos amarelos, que se basearia em uma aliança com o Estado, responsável por garantir um maior desenvolvimento econômico autônomo, com proteção social. Este diálogo com o governo se tornou uma possibilidade graças à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT-1943) e alguns ganhos simbólicos bem articulados com Vargas<sup>35</sup>.

O que veio a se tornar expoente maior desta tradição foi o Partilho Trabalhista Brasileiro. Em seus primórdios, além dos sindicalistas de variadas tendências, havia um político e pensador chamado Alberto Pasqualini, que tentou aproximar os trabalhistas brasileiro e britânico<sup>36</sup>, este último, repleto de tradições conciliadoras. O resultado foi a introdução e fixação de uma corrente reformista e relativamente sólida no interior do PTB<sup>37</sup>. Este reformismo foi importante, pois a partir das atitudes de seus adeptos, foi aberto espaço para o surgimento de uma determinada tendência dentro do partido, de cunho radical, liderada pelo ex-governador gaúcho, Leonel Brizola. Seus adeptos se nomeavam “nacional-revolucionários”<sup>38</sup>. O período anterior a 1964, no governo João Goulart, foi marcado pelo crescimento da identificação dos trabalhadores com o trabalhismo e com o PTB. Teria sido a fase mais aguda da tradição nacional-estatista, cuja concretização estaria implícita no conteúdo programático das Reformas de Base.

Os nacional-revolucionários de Brizola criaram a Frente de Mobilização Popular (FMP), qualificada por Ruy Mauro Marini, ex militante da Política Operária, como um “parlamento das esquerdas”<sup>39</sup>. A FMP reuniu as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base, principalmente pela reforma agrária, mesmo que a consequência fosse um confronto com a direita e com os conservadores. Ao mesmo tempo, a FMP procurava se impor como força viável às reformas, face às posições consideradas por eles moderadas do PCB. Dentre seus projetos destacavam-se a desmoralização do Legislativo Federal, uma vez que os

<sup>35</sup> REIS FILHO, Daniel. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil: 1934-1964”. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, v.5, p. 72. Quem melhor e primeiramente desenvolveu a tese de considerar as relações entre Vargas e as classes urbanas como recíprocas e multilaterais, permeadas por ganhos materiais e simbólicos para ambos foi Ângela de Castro Gomes, em *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>36</sup> GRIJÓ, Luis Alberto. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>37</sup> RIDENTI & REIS FILHO, *História do marxismo...*, p. 93.

<sup>38</sup> FERREIRA, Jorge. “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”. In: Seminário dos 40 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.42.

<sup>39</sup> Citado por NEVES, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 236.

parlamentares não aprovavam a reforma agrária sem indenizações aos latifundiários. Para a FMP, o Legislativo seria uma instituição ultrapassada, formada por políticos distantes do povo<sup>40</sup>.

O início de suas medidas mais radicais ocorreu em 1964 quando a Frente passou a defender a realização de um plebiscito popular. O objetivo seria consultar a população sobre a possibilidade de se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Como em tese, não haveria membros da elite econômica, o próprio o povo elegeria operários, camponeses, sargentos e oficiais militares nacionalistas. Tal “Assembleia popular” teria duas funções importantes: escrever uma nova Constituição e aprovar as reformas de base.

Brizola continuou como feição mais radical do nacional-estatismo brasileiro da década de 1960, mesmo no exílio uruguaio. Logo após o golpe, alguns ex militares nacionalistas, militantes egressos do PTB, além de seus seguidores da época dos “Grupos de 11”, se juntaram novamente ao político, para formar o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Outro expoente deste radicalismo foi Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e do que seria seu braço político, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

O que ocorreu com a tradição *nacional-estatista*, após o golpe militar em 1964 e a dissolução do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1965, foi ser denominada *populista* por estudiosos da época, principalmente a partir de Otávio Ianni. Na visão deste autor, uma importante característica do populismo, seria constituir uma política de massas da burguesia. Promoveram a industrialização e criaram uma ilusão do Estado atuante como mediador dos conflitos entre classe<sup>41</sup>. Seu discurso tem nuances libertárias, sedutoras aos baixos setores sociais, contudo, demagógicas. Tal estigma do *populismo* acabou fazendo com que esta tradição *nacional-estatista* fosse banida do campo das esquerdas. De acordo com Reis Filho:

*A geração da qual faço parte, que iniciou a vida e participação políticas nos anos imediatamente anteriores ou posteriores a 1964, que formou a então autodenominada esquerda revolucionária ou “nova esquerda”, considerava o trabalhismo um lixo. Tinha ido para a lata de lixo da história. A partir daí, conosco, a história iria recomeçar do zero.*<sup>42</sup>

Após o golpe militar, diversos militantes que integraram a Frente proposta por Brizola continuaram a luta, contudo dentro da perspectiva armada. Daniel Aarão Reis, baseando-se nos programas de algumas organizações revolucionárias armadas, afirmam que estas seriam herdeiras desta tradição, por mais que a negassem.

Se recorrermos a alguns discursos trabalhistas “clássicos” – como os de João Goulart, ao discurso “trabalhista radical” de Brizola e compararmos ao primeiro documento produzido pelos militantes do COLINA, fica clara a conclusão do pesquisador. Ressaltamos que não estamos afirmando que discurso da esquerda

<sup>40</sup> FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 24, n. 47, 2004.

<sup>41</sup> IANNI, Octávio. *O Colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. A primeira edição é de 1968.

<sup>42</sup> REIS FILHO. *As esquerdas no Brasil...*, p. 177.

armada é de proposta trabalhista, tampouco que os trabalhistas “clássicos” propunham guerrilha. Somente apresentamos alguns resquícios desta tradição no linguajar da “nova esquerda”, e que a história não “começou do zero” com estes.

No programa inicial do COLINA, intitulado *Concepção da luta revolucionária*, a descrição do revolucionário seria aquele que conhece a realidade concreta da luta de classes, é aquele que “corresponde às aspirações do seu próprio povo em sua luta para libertar-se da exploração e da opressão em cada minuto das 24 horas por dia”<sup>43</sup>. No próprio documento, como não é de se espantar, há críticas à política industrial iniciada por Vargas, que teria sido a base da aliança entre burguesia e latifúndio. Afirmava-se que o populismo paternalista deste governante deixou o proletariado incapaz de romper com a burguesia, transformando-se em massa de manobra desta classe. Desta forma, a “libertação nacional” se daria através do proletariado<sup>44</sup>.

O herdeiro político de Vargas, João Goulart, anunciava sua pretensão de transformação nas estruturas, por meio de uma nova concepção de democracia, iniciada, fundamentalmente, pelo projeto de reformas de base, ainda em 1961. Em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, Goulart reafirmou este seu compromisso:

*Democracia é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do seu dever, não só para interpretar os anseios populares, mas também conquistá-los pelos caminhos da legalidade, pelos caminhos do entendimento e da paz social. Estaríamos ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria (...) Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; (...) A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo.*<sup>45</sup>

Caso trocássemos o termo “reforma” por “revolução”, a proposta poderia ser de quaisquer grupos guerrilheiros brasileiros. Tendo em vista que o COLINA se insere em um método radical de luta, guardadas tais proporções, notamos uma aproximação com o discurso proferido pelo ex-presidente:

*Em época de democracia burguesa (governo Jango), se realizou um amplo trabalho camponês (...). A falta de perspectiva política levou ao fracasso esta tentativa. Se um posseiro luta por sua terra, contra ele é mobilizada não a*

<sup>43</sup> Concepção da luta revolucionária. In: REIS FILHO & SÁ. *Imagens da revolução...*, p.136.

<sup>44</sup> REIS FILHO & SÁ, *Concepção...*, p. 142.

<sup>45</sup> Discurso pró-reformas de base na central do Brasil em 13 de março de 1964. Cf: FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.293-291. Diversos discursos de Jango também podem ser lidos na íntegra no sítio eletrônico: <<http://www.Institutojoaogoulart.org.br>>.

*policia comum, mas a política. (...) No Brasil, o elo fraco é o campo. (...) O governo revolucionário no Brasil deverá ser construído a partir do campo (...) A luta armada insere-se na política burguesa, no ponto mais fraco do exercício de poder das classes dominantes e encontra sua expressão social completa na luta dos camponeses pela reforma agrária.*<sup>46</sup>

A analogia entre discursos é maior ainda, quando se trata de Leonel Brizola. Mesmo pouco antes da década de 1960, este estava no tênue limiar do trabalhismo radical e a “nova esquerda”. Seu caloroso pronunciamento no referido comício de 1964, e sua análise posterior ao evento, mostra-nos sua sintonia com os guerrilheiros.

O povo está aqui para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar a sua inconformidade com a situação que estamos vivendo. Povo e governo devem ser uma unidade. Unidade esta que já existiu em agosto de 1961, quando o povo praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos (...). Quando uma multidão se reúne como nesta noite, isto significa o povo nos caminhos de sua libertação se conseguirmos, hoje, a restauração daquela unidade. Presidente poderá proclamar através da manifestação do povo, as origens de seu governo e, para isso, será suficiente que ponha *fim à política de conciliação* e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista. (...) *Nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. Quem tem o povo ao seu lado, nada tem a temer.*<sup>47</sup>

Em suas conclusões acerca do referido comício, notamos uma compreensão realista em relação à conjuntura, ao contrário de Prestes, que não acreditava em um golpe de direita, neste mesmo período:

*É preciso que o povo brasileiro nesse momento esteja atento e vigilante, é preciso que os democratas apressem a organização popular, pois só com a sua consciência de organizado poderão conter os impulsos golpistas prestes a se desencadear. Com esta vigilância e a defesa da verdadeira democracia impediremos que através de um regime de força seja usado como solução ato tão conhecido, principalmente nos países sul-americanos: transferir pela violência, pelo amordaçamento das massas, o ônus das distorções da nossa estrutura social para as grandes e já espoliadas camadas*

<sup>46</sup> REIS FILHO & SÁ, Conceção..., p. 147-152.

<sup>47</sup> Grifo nosso. Cf: *O panfleto*. 16.03.1964. Retirado do Grupo de Estudos sobre Ditadura, coordenado por Carlos Fico na UFRJ. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

*baixas de nossa população.*<sup>48</sup>

Tal radicalização, proposta anos antes pelo político, foi introjetada pelo COLINA. Logo no início do seu documento-base já anunciavam sua proposta:

*A defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxista-leninistas travam contra os reformistas (...). A luta armada é a única forma de alijar do poder os representantes de uma classe social (...). É preciso conhecer o caráter das forças revolucionárias: o nível de consciência política do proletariado e das demais classes exploradas, o seu grau de organização.*<sup>49</sup>

Os excertos apresentados foram para melhor vislumbrar a “permanência, a impregnação de valores, referências, proposta e linguagem da tradição nacional-estatista”<sup>50</sup> na esquerda armada.

Comunistas, trabalhistas e outros setores das esquerdas submergiram no programa nacional-estatista, mesmo que tenham mantido as especificidades das respectivas culturas políticas<sup>51</sup>. Como pudemos observar, através da análise dos programas de algumas organizações e das falas de seus militantes, ficou evidente como houve a “permanência, valores, referências, proposta e linguagem” das duas tradições aqui trabalhadas. Se por um lado a cultura política comunista deixou o legado dos valores – por vezes conservadores – o senso de disciplina, dedicação e unidade para as esquerdas radicais, por outro, a cultura trabalhista colocou o proletariado como agente promotor da libertação nacional. Ambas culturas políticas estiveram arraigadas no cerne das esquerdas radicais, por mais que esta tenha tentado negá-las por vezes. Pudemos compreender o quanto o conceito “culturas políticas” nos auxilia a lançar luzes às questões relativas às ações e opções do indivíduo frente aos dramas e problemas políticos de seu tempo.



<sup>48</sup> *O panfleto*. 23 mar. 1964.

<sup>49</sup> REIS FILHO & SÁ. *Concepção...*, p. 135-136.

<sup>50</sup> REIS FILHO & SÁ. *Concepção...*, p. 179.

<sup>51</sup> CHAGAS, Fábio. “Comunistas e trabalhistas no cenário político brasileiro nos anos 1960. Notas sobre o trânsito entre culturas políticas”. *Revista Cantareira*, Niterói, UFF, n. 6. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/>>.

## RESUMO

Com o presente artigo visamos discutir historiograficamente o conceito de culturas políticas e analisar as duas mais significativas tradições inseridas no campo das culturas políticas de esquerda no Brasil: a tradição comunista e a nacional-trabalhista, presentes nas diretrizes e depoimentos de militantes das organizações que integraram a “nova esquerda”, sobretudo, as organizações guerrilheiras. Analisaremos os valores, os códigos e as representações que serviram como fatores de coesão destes grupos e em que medida são originais desta “nova esquerda” ou são legado das tradições citadas. O conceito de culturas políticas nos auxilia a lançar luzes às questões relativas às ações e opções do indivíduo frente aos dramas e problemas políticos de seu tempo.

**Palavras Chave:** Esquerdas; Culturas Políticas; Representação.

## ABSTRACT

With the present article we aim to discuss historically the concept of political cultures and to analyze the two more significant traditions in the field of the Brazilian left political cultures: the communist and the national-laborist traditions, present in the guidelines and militant speeches of organizations that had integrated the “new left”, especially, the guerrilla organizations. We will analyze the values, the codes and representations that served as factors of cohesion of these groups and in what measure they are original of this “new left” or a legacy of the traditions mentioned before. The concept of political cultures are an important tool that helps enlighten questions relative to the actions and options of individuals facing the dramas and political problems of its time.

**Keywords:** Lefts; Political Cultures; Representation.